



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Blindagem diante da tensão...

As apostas dos políticos são de que o presidente Jair Bolsonaro vai continuar pressionando para fazer valer a sua vontade de retomada de todas as atividades e eventos sem restrições, aumentando a tensão com os governadores. É nesse pano de fundo que o Congresso vai discutir a nova lei de defesa do Estado democrático de direito, citada, ontem, pelo presidente da Câmara, Arthur Lira.

...e da pandemia

Em conversas reservadas, a preocupação com o cenário político, econômico e sanitário é geral. Afinal, abril começa com a suspensão da produção da CoronaVac, atrasos no cronograma de vacinação por causa da falta de insumos, elevado número diário de mortes, problemas para sancionar o Orçamento e autoridades ainda batendo cabeça, sem uma saída para toda essa situação.

Os novos limites de Lira...

Com o governo interessado em esticar a corda até a data final para a sanção do Orçamento, 22 de abril, o presidente da Câmara, Arthur Lira, promete mandar um novo recado à área econômica. Ele quer levar a votos o projeto que altera o índice de correção dos aluguéis de IGPM para IPCA como forma de mostrar à Economia que pode muito mais. Por isso, melhor buscar um bom acordo sobre as emendas do relator ao Orçamento e ceder, em vez de simplesmente cumprir o desejo do ministro Paulo Guedes, de cancelar tudo.

...e do governo

Da parte do governo e de técnicos, também há a certeza de que é preciso estabelecer um freio nesse remanejamento de receitas por parte do relator do Orçamento. Não dá, por exemplo, para tirar recursos da Previdência e aplicar em investimentos. As tais RP9, as emendas de relator, viraram um problema. Absorvem bilhões e vão além das emendas individuais, de bancada e de comissões técnicas. Ou o Congresso resolve esse imbróglio, ou arcará, mais à frente, com as consequências da irresponsabilidade.



Os intocáveis

Há dois dias oficialmente no cargo, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, encontra dificuldades em montar o seu time. É que muitos DAS altos, de R\$ 16 mil, continuam com ex-auxiliares de Luiz Eduardo Ramos, o novo ministro da Casa Civil. Esse pessoal, uma parte de militares da reserva, não pediu para sair. Assim, “vão ficando”, porque, segundo chegou aos ouvidos dos congressistas que estão de olho nos cargos, o próprio Luiz Eduardo Ramos pediu à nova ministra que mantenha a equipe. Ou seja, Ramos saiu, mas ficou. Flávia tomou posse, mas não assumiu de vez.

Ficamos assim: até aqui, quem tem todas as informações da pasta é o grupo do general, uma espécie de primeiro-ministro. Resta saber quanto tempo essa situação perdurará. Flávia Arruda, que não é de briga, não vai bater de frente.

A história recomenda cautela

Foi nesse tipo de “serviço”, emendas genéricas, que o finado deputado João Alves (PFL-BA) fez a festa nos anos 1990. Delas saíram verbas milionárias para cidades pequenas, caso de Serra Dourada, na Bahia, onde conjuntos habitacionais de casas sem acabamento e recibos de pagamento a vereadores vieram a público. Na época, João Alves conseguiu ser o mais votado na cidade sem se dar ao trabalho de pisar lá. Foi a gênese dos anões do Orçamento.

CURTIDAS

Presta atenção, excelência I/

O novo apelido de Paulo Guedes (foto) entre os deputados, “Ever Green”, recebe outra interpretação no meio técnico. Os políticos fizeram uma referência ao navio que encalhou no canal de Suez, impedindo o fluxo comercial e o desenvolvimento. Os técnicos, porém, consideram que impede o toma lá dá cá das emendas de relator.

Evaristo Sá



Presta atenção, excelência II/ O projeto que permite às empresas comprarem vacinas para atender seus funcionários e muita gente que está trabalhando de casa terá de ser ajustado no Senado. É que a iniciativa já ganhou o apelido de “projeto fura fila” e, num cenário de 3.829 óbitos registrados num dia, é preciso valorizar o Plano Nacional de Imunização, seguindo a ordem estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Terra chamando/ As menções do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, de que o ministro da Justiça, André Mendonça, parecia ter “descido de Marte”, por mencionar que templos religiosos eram menos arriscados do que transportes aéreos lotados, vão render. Porém, nos próximos capítulos dessa análise da abertura de templos e igrejas em tempos da covid-19, virá, ainda, a questão da arrecadação, que reduziu bastante nos templos, país afora, e, até aqui, ficou em segundo plano nesse julgamento.

Fake news em debate/ A partir das 9h30, a In Press Oficina promove a webinar “Fake news, como identificar e não ser agente de manipulação de fatos e dados”, com especialistas de várias áreas. Em tempos de tantos mitos e mentiras em torno do combate à covid-19, vale a paradinha para ouvir especialistas.

PODER / O presidente da Câmara, Arthur Lira, quer acelerar a votação de projeto para substituir a Lei de Segurança Nacional, editada na ditadura militar. O texto atual tem sido usado pelo governo para intimidar opositores e é alvo de ação no Supremo Tribunal Federal

Urgência para exorcizar LSN

» SARAH TEÓFILO

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que vai sugerir, hoje, na reunião de líderes, que seja pautada, para a próxima semana, a votação em regime de urgência de um projeto de lei encaminhado ao Congresso em 2002, com o objetivo de substituir a Lei de Segurança Nacional (LSN), criada na ditadura militar.

Com a medida, a tramitação do projeto (**leia Saiba mais**) fica célere. Tanto Lira quanto os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, também integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), fizeram discursos na abertura de um seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), que discutiu a lei.

Eles mostraram preocupação com o fato de a LSN ser usada pelo governo contra críticos do presidente Jair Bolsonaro, como foi o caso do youtuber Felipe Neto, intimado pela Polícia Civil do Rio por ter chamado o chefe do Planalto de “genocida”. Nesta semana, inclusive, o ministro Gilmar Mendes, do STF, deu cinco dias ao Ministério da Justiça para que explique a utilização da LSN.

“A Câmara e Senado estão atentos à urgência do tema, à grande relevância que ele está atendendo e causando nos momentos atuais. Mas fomos, mais uma vez, surpreendidos com a pauta da pandemia que nos assusta a todos”, afirmou Lira, frisando que apesar disso, a mudança da lei é prioridade na Casa. Pacheco, por sua vez, ressaltou a necessidade de que haja uma reação “normativa, legislativa e

judicial, à luz da Constituição, para que se conttenham” arroubos antidemocráticos.

Para o presidente do Senado, a aplicação e a discussão da lei vêm à tona em razão do momento vivido no país. “Quando, a pretexto da livre manifestação do pensamento, ou direito de crítica, se extrapola isso para poder pedir, por exemplo, um regime de exceção, ou a revogação da Constituição, ou o fechamento do Congresso, do STF. Essas são situações, sejam de falas, sejam de ações, que precisam ser remediadas”, frisou.

Ordenamento

De acordo com Pacheco, é preciso um ordenamento jurídico compatível com a Constituição, que seja instrumento a ser usado na defesa do Estado democrático de direito. “Não me parece que a Lei de Segurança Nacional tenha, hoje, esse condão, muito embora eu considere que não seja adequado desvalidar toda a lei enquanto não há uma substituição com uma lei mais moderna, compatível com as normas da Constituição”, destacou.

Já Barroso traçou o histórico da lei e enfatizou que o texto tem “inconstitucionalidades variadas e dispositivos que são claramente incompatíveis com a Constituição de 1988”. “Ela tem uma certa incompatibilidade de sistema; foi feita para outro mundo, outra época. É uma lei pré-queda do muro de Berlim; é uma lei da Guerra Fria e que ainda tinha preocupações completamente diversas”, ressaltou. “Os bens jurídicos que ela procurava tutelar, alguns equivocados, são bens jurídicos que já não são mais correspondentes às demandas da sociedade brasileira contemporânea.”

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Barroso destacou que a LSN tem “dispositivos que são claramente incompatíveis com a Constituição de 1988”

Aval à compra de vacinas por empresas

A Câmara aprovou o projeto de lei que permite a compra de vacinas contra a covid-19 por empresas, mesmo sem a permissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O texto-base já havia recebido aval na terça-feira, mas faltava concluir a apreciação dos destaques — propostas de alteração que poderiam mudar o teor da matéria. Apenas três destaques foram votados, todos rejeitados. Assim, o parecer da relatora, deputada Celina Leão (PP-DF), foi mantido sem modificações. O projeto segue agora para votação no Senado.

O texto permite a aquisição de

imunizantes com aval de uso concedido por qualquer autoridade sanitária estrangeira “reconhecida e certificada” pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso libera a compra de vacinas sem o consentimento da agência que realiza análises próprias sobre segurança e eficácia de imunizantes, mesmo os já aprovados em outros países.

Sob forte lobby de empresários e com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a Casa revisou a Lei 14.125/2021, aprovada no Congresso e sancionada pela Presidência da República há menos de um mês.

O texto previa que a iniciativa privada poderia comprar vacinas, mas deveria doar todo o volume ao Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto grupos prioritários são imunizados. Em seguida, deveria entregar metade das doses.

Semanas depois, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) apresentou projeto para flexibilizar ainda mais essas exigências. Em substitutivo a esse texto, a deputada Celina Leão abriu a possibilidade de doação de somente metade das doses mesmo antes de o SUS terminar de vacinar grupos prioritários. O restante dos imunizan-

tes deve ser aplicado de forma gratuita nos trabalhadores das empresas que comprarem os produtos, segundo as prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Imunização (PNI). Empresas que não cumprirem a regra estarão sujeitas a multa equivalente a 10 vezes o valor gasto na aquisição de imunizantes.

Especialistas criticaram a proposta, considerada inconstitucional e um dribble nas competências da Anvisa. A oposição considerou que o texto cria o “camarote” da vacina, ou seja, permite furar a fila de prioridades na base do dinheiro.

» Saiba mais

Lei em defesa do Estado de direito

Escolhida como relatora do projeto que visa substituir a Lei de Segurança Nacional (LSN), a deputada Margarete Coelho (Progressistas-PI) afirmou que a intenção da Câmara é revogar a atual legislação, criada na ditadura militar. Segundo a parlamentar, no lugar será votada a chamada “Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito”, que pressupõe, entre outros pontos, instituir o crime de “golpe de Estado”, inexistente na legislação atual nesses termos. O novo texto terá como base um projeto apresentado, em 2002, pelo então ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.